

Intervalo de 15 minutos.

2ª rodada:

CRUESP reabre as negociações propondo 20% em duas paralelas: 11% no 4º dia útil e 9% no dia 17 de junho.

ADs e ASs consideraram proposta inaceitável e apresentaram estudos que indicavam a possibilidade real de um reajuste de 30%.

Intervalo breve.

3ª rodada:

CRUESP "melhora" sua proposta: além dos 20% em duas parcelas, garante um reajuste mínimo de 2% acima da inflação (FIPE) para os meses de junho, julho e agosto.

ADs e ASs não concordaram com a proposta, tendo em vista que há recursos para a concessão de um reajuste maior do que o oferecido e a situação precária dos salários.

Rodada final:

O CRUESP esclareceu que mesmo sem acordo das entidades, essa seria sua decisão final.

Dias 22 e 23: Paralisação, em conjunto com a greve geral.

Dia 22: Os três Reitores reúnem-se na USP e declaram que a proposta do dia 15 é definitiva e encerram as negociações.

Dia 23: Pela Folha (em notícia 5x5), as entidades tomam conhecimento da decisão dos Reitores do dia 22.

Assembléia da ADUNICAMP aprova indicativo de greve para a assembléia do dia 27.

RESUMO

1989:

- 1- Reestruturação da Carreira I (janeiro)
- 2- Política Salarial I (cf. março)
- 3- Política Salarial II (cf. agosto)

1990:

- 1- Política Salarial III, que nunca foi cumprida (cf. janeiro)
- 2- Reajuste zero I (abril)
- 3- Aplicação da Política Salarial I (cf. março 89)
- 4- Política Salarial II (ago-set)
- 5- Reestruturação da Carreira II (out-nov)
- 6- Reajuste Zero II (nov)

1991:

- 1- Reajuste zero III (na data base jan)
- 2- Reajuste zero IV (fev)
- 3- Proposta de uma Política Salarial V (abril)

MAIO

Proposto pelo CRUESP como data base até agora: 20% em duas parcelas + 2% acima do índice da FIPE (no mínimo) para os próximos três meses.

A AUTONOMIA, O CRUESP E OS SALÁRIOS

SÍNTESE HISTÓRICA

DEZEMBRO de 1988:

Surgem insistentes rumores sobre a Autonomia.

1989: ICMS TEM CRESCIMENTO REAL E SALÁRIOS TÊM PERDAS REAIS.

JANEIRO

Reitores divulgam uma tabela de salários, com índices diferenciados que implicavam uma reestruturação da carreira docente que só seria efetivada após a conclusão das negociações sobre a autonomia entre eles e o governo Quéricia, sem a participação da comunidade.

FEVEREIRO

Finalmente, publica-se o decreto do Governo do Estado que concede Autonomia (13/02/90) e atribui 8,4% do ICMS às Universidades.

Sai a "tabela dos Reitores", anunciada em janeiro, com reajustes salariais entre 74 e 108%.

MARÇO

Pela primeira vez, as Universidades comprometem 100% do repasse do ICMS com o pagamento dos salários.

As ADs manifestam dúvidas a respeito da suficiência da dotação de 8,4% para garantir o poder aquisitivo dos salários e o custeio das Universidades.

O CRUESP aponta a primeira política salarial desde a decretação da autonomia: o crescimento dos salários nas Universidades (será) na mesma proporção do crescimento da massa salarial do Estado, que é aplicada nos meses de MAIO, JUNHO E JULHO.

AGOSTO

O CRUESP define uma nova política salarial, segundo a qual os reajustes do segundo semestre de 89 terão por base o acumulado do ICMS ou do IPC (o que for menor), que foi aplicado em AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO.

Vale a pena observar que as ADs e ASs discordaram da época da aplicação dessa última política salarial para o segundo semestre porque, após as perdas salariais acumuladas do primeiro semestre, seria o momento de obter recuperações salariais tendo em vista a possibilidade de crescimento do ICMS no referido período.

DEZEMBRO

Na reunião do CRUESP para decidir o reajuste de janeiro de 90, os Reitores propõem uma nova-novíssima política salarial para o ano de 90, que seria: "Manter o salário real médio de 90, 10% acima do salário real médio de 89".

1990: PLANO COLLOR I, RECESSÃO, ELEIÇÕES PARA REITOR E GOVERNADOR E MAIS PERDAS SALARIAIS

JANEIRO

O CRUESP fixa um reajuste de 90%, inferior aos 113% solicitados pelas entidades, de modo a garantir, nos meses de fevereiro e março, reajustes iguais à inflação e assim assegurar "o desenvolvimento normal dos trabalhos universitários".

FEVEREIRO

O CRUESP concede um reajuste de 56,11% que corresponde ao IPC de janeiro.

MARÇO

Do comunicado do CRUESP de 02/03/90, destacamos:

"Senhores Docentes:

O CRUESP, em reunião do dia 1º do corrente, fixou o reajuste de março em 90%. Esse reajuste está 17,2 pontos percentuais acima da inflação de fevereiro (72,8%) e 36 pontos percentuais acima do crescimento do ICMS (54%) em fevereiro".

Essa decisão leva pela 2ª vez as universidades a comprometerem 100% do repasse do ICMS com os salários.

Dia 15 - Plano Collor

Dias 27 e 28 - 1º turno da eleição para Reitor da UNICAMP

ABRIL

Dias 3 e 4 - 2º turno da eleição para Reitor da UNICAMP

Dia 25 - O CRUESP informa que o reajuste do mês será 0% (zero)

MAIO

Em comunicado do dia 25/05, o CRUESP informa que o índice de reajuste para maio é de 9,5%. Esse índice é proveniente da aplicação de política salarial definida em maio de 89.

JUNHO

Mesma política de maio

JULHO

Pela primeira vez, ocorre negociação entre o CRUESP e as entidades. O índice do mês muda dos 11,7% propostos para 20%, ainda assim inferior ao reivindicado.

AGOSTO E SETEMBRO

O CRUESP concede reajustes ligeiramente superiores à inflação com o objetivo de iniciar o processo de recuperação de perdas salariais.

OUTUBRO

Ocorre uma reestruturação da carreira docente, com reajustes variando entre 17 e 32%.

Dia 3 - 1º turno da eleição para governadores.

NOVEMBRO

O CRUESP fixa o reajuste de 17%.

Do UNICAMP NOTÍCIAS de novembro, destacamos:

"O CRUESP mantém a sua política de fixar reajustes no mínimo iguais à inflação."

Vale observar que com esse reajuste, o comprometimento do repasse do ICMS com os salários passa de 83% do mês anterior para 93% nesse mês.

Dia 25 - 2º turno da eleição para governadores.

Sem comunicado do CRUESP ou reunião de negociação, foi fixado o índice do mês em 0% (zero).

A UNICAMP paga o 13º salário no prazo legal, enquanto a USP e a UNESP só o fazem em janeiro.

Dia 31 - Os docentes constatarem que a prometida valorização do salário médio real para o ano de 1990 não foi cumprida (cf. dezembro de 1989).

1991: PLANO COLLOR II, MAIOR RECESSÃO DO PAÍS E PIOR SALÁRIO REAL DA HISTÓRIA.

JANEIRO

Sem reunião, sem negociação, foi anunciado reajuste zero para a data-base.

ADs reivindicam 141%, para recuperar janeiro de 1989.

FEVEREIRO

USP e UNESP recebem reajuste zero.

UNICAMP recebe 20% de adiantamento, "como reconhecimento desse esforço comum de toda a comunidade da UNICAMP" (UNICAMP Notícias).

MARÇO

4º dia útil (dia 6): as Universidades Públicas Estaduais recebem o menor salário da sua história.

Dia 15: paralisação "contra o arrocho salarial, em defesa da Universidade Pública".

Dia 18: apenas os docentes e funcionários da UNICAMP recebem os "20% de adiantamento do salário de fevereiro".

Dia 20: o CRUESP concede 20% de reajuste sobre o salário de janeiro para a USP e a UNESP; a UNICAMP incorpora a antecipação de 20% (recebida no dia 18).

ABRIL

Dia 10: o CRUESP aprova a data base para 1º de maio e se propõe a estudar o repasse da inflação de março para o salário de abril. Também apresenta sua política salarial: reajustes mensais iguais à variação do ICMS ou a taxa de inflação (o que for maior), limitando o gasto médio com pessoal a 80% do repasse do ICMS.

Dia 17: Assembléia da ADUNICAMP, com 211 docentes, decreta por unanimidade paralisação nos dias 23, 24 e 25 por melhores salários.

Dia 24: O CRUESP concede 10% para abril, enquanto as ADs reivindicam 90%.

MAIO

Dia 8: reunião com o CRUESP, em que o único consenso se deu em torno do reconhecimento das perdas salariais ocorridas entre novembro de 90 e abril de 91. A discussão de outros pontos (reajuste de maio e política salarial) foi adiada para o dia 15.

Dia 15: Reunião com o CRUESP.

1ª rodada:

As ADs e ASs reafirmaram a reivindicação de 90%. CRUESP propõe 11%.

ADs e ASs, diante da dificuldade de obter um acordo de recuperação total das perdas salariais, propõem que o reajuste de maio seja de pelo menos 58%.